

A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações

The institutionalization of African Studies in the United States: origin, consolidation and transformation

Roquinaldo Ferreira*

RESUMO

O artigo analisa o advento, a consolidação e a transformação dos Estudos Africanos nos Estados Unidos entre a década de 1960 e os dias atuais. O artigo tem como propósito discutir o contexto acadêmico, político e geopolítico que lastreou a criação desse campo de estudos. Para tanto, enfatiza as transformações na sociedade americana nos anos 60, sobretudo o movimento pelos direitos civis dos afro-americanos, assim como o contexto internacional, particularmente a Guerra Fria. Na base da ascensão dos Estudos Africanos estiveram uma política de Estado norte-americana e a participação ativa de agências de fomento privadas, tais como as Fundações Ford e Mellon. A base conceitual dos Estudos Africanos foram os chamados *area studies*. O artigo argumenta que esse modelo tem sofrido transformações na última década, com a incorporação de estudos sobre a diáspora africana nos chamados Estudos Africanos.

Palavras-chave: Estudos Africanos; África; diáspora africana.

ABSTRACT

This article surveys the foundation, consolidation and transformation of the field of African Studies in the United States from the 1960s to present times. It deals with the academic, political and geopolitical contexts that led to the creation of this *area studies*. To that end, it pays particular attention to the changes that the American society underwent in the 1960s, particularly the civil rights movement, as well as the international context, with special attention the Cold War. At the heart of the rise of African Studies were policies by the American Government and the active participation of private funding agencies such as the Ford and Mellon Foundations. The so-called *area studies* provided the conceptual basis on which African Studies were created. The article argues that this model has undergone changes in the past decade with the incorporation of the African Diaspora as part of African Studies.

Keywords: African Studies; Africa; African diaspora.

* University of Virginia. Corcoran Department of History. Randall Hall, Charlottesville, VA 22903, USA. rf2n@virginia.edu

Em 2003, o governo brasileiro estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da África em todos os níveis educacionais brasileiros. A medida tardiamente corrigiu um dos paradoxos educacionais brasileiros. Na nação com o maior número de afrodescendentes fora da África, alunos de escolas primárias, secundárias e universidades eram formados sem obterem conhecimentos básicos sobre a rica história do continente africano. Nos últimos dez anos, em grande parte em função de financiamento de agências governamentais e universidades e do esforço pioneiro de pesquisadores e professores de várias universidades brasileiras, o quadro mudou substancialmente. Vários grupos de pesquisa têm se dedicado ao estudo sistemático do passado e do presente africanos. Recentemente, os estudiosos têm se desprendido da matriz mais óbvia – o tráfico de escravos – e se dedicado a temas da antropologia e da sociologia africanas.

A recente experiência brasileira na institucionalização dos Estudos Africanos tem paralelos com os caminhos trilhados em outra nação das Américas com fortes vínculos africanos: os Estados Unidos. Tanto no Brasil quanto lá, tais vínculos são realçados pela existência de milhões de afrodescendentes. Nos dois países, gerações de intelectuais se dedicaram ao estudo da África fora do âmbito acadêmico e antes mesmo de os Estudos Africanos se tornarem parte dos currículos escolares. Ao contrário dos Estados Unidos, no entanto, onde os Estudos Africanos tiveram desde o início caráter fortemente interdisciplinar, a história da diáspora africana ocupa papel primordial na experiência brasileira. Tal característica parece diminuir uma das tensões mais marcantes da experiência norte-americana, onde só recentemente estudos da diáspora africana foram plenamente agregados ao campo dos Estudos Africanos.

CONTEXTO

Em 1959, uma pesquisa da American Historical Association (AHA) revelou que apenas um entre 1.735 estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) em história nas tradicionais universidades americanas de elite (Yale, Harvard, Princeton e Columbia) tinha a África como área de especialização.¹ Na época, apenas 31 instituições americanas ofereciam cursos sobre a África.² Poucas décadas mais tarde, o quadro mudaria dramaticamente. Em 1996, existiam cerca de mil doutorandos em Estudos Africanos (englobando não só história mas também áreas correlatas como antropologia, sociologia e ciências

políticas).³ De apenas 49 teses de doutorado entre 1951 e 1960, a produção sobre África avançou para 529 teses entre 2000 e 2001.⁴ Por sua vez, o número de centros de Estudos Africanos chegaria a mais de setenta, em 2002.⁵

Esse avanço refletiu diretamente na produção intelectual americana sobre a África. Entre 1983 e 1993, 39% dos artigos publicados no *Journal of African History* (JAH) – talvez a mais importante publicação acadêmica sobre África na área de História – foram de autoria de norte-americanos.⁶ Tal hegemonia torna necessário investigar as bases institucionais que levaram ao desenvolvimento dos Estudos Africanos nos Estados Unidos. Segundo Philip Curtin, um dos “país fundadores” da disciplina, tal processo passou por dois estágios. A primeira etapa foi marcada pela fundação dos primeiros programas de Estudos Africanos – na Northwestern University, em 1948, e na Boston University, em 1954. Essa primeira fase se estenderia até 1958 e resultaria na criação de mais dez programas de Estudos Africanos.⁷ Assim como nas universidades Northwestern e Boston, os outros programas seriam aglutinados em torno de centros de Estudos Africanos interdisciplinares, com especialistas trabalhando em diferentes áreas – uma estrutura que obedecia ao modelo dos *area studies*.

Nessa fase, as fundações Ford e Carnegie Corporation cumpriram papel fundamental na viabilização institucional dos Estudos Africanos, proporcionando recursos para pesquisa, contratação de professores e organização das conferências onde as diretrizes gerais do novo campo seriam montadas. O primeiro programa de Estudos Africanos, na Northwestern University, foi criado com recursos da Carnegie Corporation em 1948.⁸ Em 1954, “a Fundação Ford selecionou quatro instituições americanas (Northwestern University, Boston University, Howard University e University of California, Los Angeles) para receberem recursos voltados para a elaboração de currículos, pesquisa e treinamento profissional em Estudos Africanos” (McCann, 2002, p.31). Graças a um financiamento da Ford, em 1961, o programa de Estudos Africanos da Northwestern University teve autonomia financeira para funcionar por dez anos sem ter de recorrer a fundos universitários (Brizuela-Garcia, 2004, p.128). Até o final da década de 1970, a Ford investiria – sozinha – cerca de 20 milhões de dólares na consolidação dos Estudos Africanos.⁹

O segundo estágio do processo de institucionalização dos Estudos Africanos se iniciou na década de 1960 e resultaria na criação de programas de pós-graduação em várias outras universidades, incluindo a University of Wisconsin, em 1961. Mais uma vez, o papel das agências privadas de fomento foi crítico. Na University of Wisconsin, a “Carnegie Corporation proporcionou

apoio durante os primeiros cinco anos do programa – [oferecendo] um quarto de milhão de dólares, um financiamento generoso para os padrões da época –, tornando possível a concessão de bolsas no segundo semestre de 1960” (Curtin, 2005, p.131; Brizuela-Garcia, 2004, p.134). Nas palavras de Jan Vansina, outro dos “pais fundadores” dos Estudos Africanos e então recentemente chegado a Madison, “novos programas de Estudos Africanos eram criados todos os anos”.¹⁰ Graças à bonança, Wisconsin teria vinte professores em seu programa de Estudos Africanos em 1970 (Vansina, 1994, p.139). Significativamente, a torrente de financiamento passou também a vir das próprias universidades – naquela época em processo de franca expansão (Brizuela-Garcia, 2004, p.37).

O pano de fundo para tal crescimento foi um efervescente contexto político – tanto na África como nos Estados Unidos. No primeiro caso, cabe destacar a independência das antigas colônias africanas, que criou euforia em relação ao desenvolvimento da África e atraiu o interesse de alunos e professores. O relato de Curtin captura tal fato com precisão: “o colapso do Congo combinado com o anúncio do novo programa em história tropical trouxe seis novos candidatos [para o doutorado em Estudos Africanos da University of Wisconsin]” (Curtin, 2005, p.132). O outro pilar que impulsionou a institucionalização dos Estudos Africanos foi a luta pelos direitos civis dos afro-americanos, que enfraqueceu o racismo estrutural americano e levou a mudanças curriculares nas disciplinas oferecidas nas universidades. Como lembra Vansina, “selecionar esse campo [Estudos Africanos] na turbulência da década de 1960 constituía um compromisso com valores liberais [progressistas, no caso americano], o que para alguns [alunos e professores] incluía algum elemento de radicalismo” (Vansina, 1994, p.145). Segundo Paul Zeleza, “nacionalismo, descolonização e a luta pelos direitos civis [nos Estados Unidos] tiveram muito mais importância para introduzir os Estudos Africanos nos corredores segregados das universidades americanas do que qualquer debate acadêmico”.¹¹

AREA STUDIES

Do ponto de vista metodológico, os Estudos Africanos eram parte dos chamados *area studies* (estudos latino-americanos, estudos soviéticos etc.), cujas principais características eram o estudo intensivo de línguas locais, pes-

quisa de campo prolongada e interdisciplinaridade.¹² Na base da criação dos *area studies*, residiam inquietações sobre o caráter eminentemente ocidental do conteúdo curricular e das diretrizes de pesquisa das universidades americanas. Até a década de 1940, apenas sessenta teses de doutorado, boa parte lidando com temas da antiguidade, haviam sido produzidas tendo como foco regiões do mundo não ocidental (Szanton, 2004, p.5). Nas palavras de Wallerstein, “em 1945, o departamento de História típico nas universidades americanas tinha pelo menos 95% dos seus membros trabalhando com história dos Estados Unidos, da Europa, ou da Grécia e de Roma”.¹³

Para internacionalizar currículo e pesquisa, a Ford estabeleceu, em 1951, um programa de bolsas de dois anos para o estudo de línguas estrangeiras. Segundo Robinson, o programa “marcava o começo de uma estratégia coerente de suporte a indivíduos e instituições comprometidas com projetos de especialização nas culturas contemporâneas de países estrangeiros”.¹⁴ Além de dois anos em país estrangeiro, as bolsas financiavam dois anos de redação de teses de doutorado. Entre 1951 e 1972, esse programa financiaria 2.050 teses de doutorado em ciências humanas e sociais (Szanton, 2004, p.9). Antes da Ford, investimentos significativos em *area studies* já haviam sido feitos por outras fundações privadas americanas (Wallerstein, 1997, p.208). Contudo, é inegável que o apoio da Ford produziu um diferencial significativo. Entre 1951 e 1966, ela investiria, sozinha, 270 milhões de dólares na criação de programas de *area studies*.¹⁵

No final da década de 1960, ilustrando a mudança dramática na composição dos docentes, assim como no conteúdo dos currículos das universidades, “30% dos membros dos grandes departamentos de História faziam pesquisa e regularmente ensinavam sobre história do mundo não ocidental” (Wallerstein, 1997, p.219). Essa mudança no perfil das universidades americanas marcaria um diferencial em relação às universidades europeias e latino-americanas que se conserva até os dias atuais. Assim como na Europa e na América Latina, o departamento de História americano típico se concentra na história do próprio país onde se localiza a Universidade. No entanto, por conta das mudanças introduzidas pelos *area studies*, há um florescente debate sobre temas transnacionais e internacionalização de currículos.¹⁶

Mas a emergência dos *area studies* esteve longe de se caracterizar exclusivamente por uma agenda positiva. Além das agências de financiamento privado, os *area studies* seriam impulsionados por um ator tão fundamental quanto controverso: o governo americano. Essa associação mergulharia os *area*

studies na geopolítica internacional americana, sobretudo a Guerra Fria, e geraria debates e disputas políticas que se mantêm até hoje no seio da African Studies Association (ASA). A rigor, como demonstrado por Zeleza, os *area studies* foram criados antes das duas guerras mundiais,¹⁷ mas a influência da Guerra Fria se tornaria logo palpável (Bundy, 2002, p.67). Segundo Holtzner, “durante a Guerra Fria, do ponto de vista das agências de fomento governamentais, a produção intelectual de *area studies* avançou, em parte, ancorada em imperativos da segurança nacional [americana]”.¹⁸

Como demonstrado por William Martin e Michael West, sem a competição militar, cultural e tecnológica com os soviéticos, seria difícil imaginar a torrente de recursos governamentais disponível na década de 1970 (Martin; West, 1999, p.85-123). A dimensão geopolítica desses investimentos é inegável. Em 1962, relatório do Departamento de Estado norte-americano afirmava que a África era “provavelmente o maior campo aberto de manobras na competição entre o bloco sino-soviético e o mundo não comunista” (Robinson, 2004, p.17). Só para estudos relacionados à África, o volume de recursos somaria 76 milhões de dólares entre 1949 e 1964.¹⁹ Um dos marcos do envolvimento governamental foi a Lei Educacional de Defesa Nacional VI (o Title VI), de 1958, voltada sobretudo para o ensino de línguas africanas, e que ainda hoje é um dos principais mananciais de recursos para os *area studies* (McCann, 2002, p.31).

Entre 1964 e 1965, cada um dos cinco centros de Estudos Africanos selecionados pelo governo americano para ensinar línguas africanas (Howard University, UCLA, Duquesne University, Michigan State University e Columbia University) receberia 600 mil dólares para financiar suas operações.²⁰ O financiamento governamental servia para montar bibliotecas especializadas e dar bolsas para estudantes e professores, assim como para contratar docentes. Inicialmente, o programa beneficiava tanto universidades públicas quanto privadas, mas depois as universidades públicas ganharam clara prioridade. Desde o começo, o programa é renovado trienalmente, com base numa competição em termos de apresentação de propostas. Cerca de vinte centros de Estudos Africanos têm se beneficiado regulamente dos recursos do Title VI (Robinson, 2004, p.14).

Segundo Brizuela-Garcia, os financiamentos governamentais foram críticos porque se tornaram maiores quando os recursos das agências privadas estavam mingando, na década de 1970 (Brizuela-Garcia, 2004, p.124). Do ponto de vista estritamente acadêmico, os resultados dos programas de financiamento governamental ficariam aquém das expectativas iniciais. Por exem-

plo, uma pesquisa de 1995 demonstra que até aquela data apenas metade dos doutorados em história da África haviam sido financiados com recursos do governo – os chamados fundos Title VI (McCann, 2002, p.33).

Em contrapartida, a dependência dos Estudos Africanos em relação aos financiamentos do governo americano se tornaria uma questão das mais controversas na academia americana. Na época em que os primeiros financiamentos foram anunciados, Melville F. Herskovits, antropólogo e primeiro presidente da African Studies Association (ASA), atacou publicamente o uso da África nas estratégias governamentais da Guerra Fria (Staniland, s.d.). Numa análise do início da década de 1970, Curtin dizia que foi apenas no período inicial dos programas de Estudos Africanos que o acesso a financiamentos governamentais foi facilitado por causa da Guerra Fria (Curtin, 1971, p.360). Mais recentemente, contudo, o mesmo autor admitiria que “por volta de 1957, o lançamento do Sputnik pelos russos levou à aprovação da Lei Educacional de Defesa Nacional VI [em 1958]” (Brizuela-Garcia, 2004, p.38).

Em 1996 a questão veio à tona mais uma vez, no seio da ASA. Sob pressão dos seus membros, a Associação aprovou uma moção na qual rejeitava um programa moldado em torno da Lei Educacional de Defesa Nacional VI, dotado de um fundo de investimento perpétuo que poderia alcançar 150 milhões de dólares. Os membros da ASA diziam que se haviam “oposto a este programa desde o início, porque é controlado pelo Departamento de Defesa (Pentágono), e empregados do Departamento de Defesa e Inteligência fazem parte do comitê que controla o programa”.²¹ Pesquisa de opinião realizada em 2002 entre acadêmicos americanos demonstra o quanto o tema é ainda controverso. A vasta maioria dos africanistas é contrária aos financiamentos de agências de informação americanas e do Pentágono.²²

Na realidade, a relação entre geopolítica e produção de conhecimento não é uma singularidade norte-americana. Na Inglaterra, como demonstra John Fage, um dos principais nomes da historiografia africanista inglesa, as ciências sociais – sobretudo a antropologia – foram peças “chaves” para entender e melhor dominar sociedades africanas.²³ A relação entre produção intelectual e a geopolítica colonial inglesa tornou-se particularmente evidente com a fundação do Instituto Internacional Africano (IIA), em 1926, cujo objetivo foi eliminar a “falta de cooperação entre governos, missionários e cientistas” e “congregar acadêmicos, missionários e administradores coloniais”.²⁴ Entre 1942 e 1948, militares e funcionários da coroa britânica formavam o grosso

dos alunos (34%) do IIA. Logo depois vinham diplomatas e funcionários do Departamento de Assuntos Coloniais.²⁵

A School of Oriental and African Studies (SOAS) – um dos principais centros acadêmicos ingleses de estudos sobre a África – foi fundada sob os auspícios do colonialismo inglês.²⁶ Assim como o IIA, “seu objetivo principal foi treinar funcionários coloniais e militares”.²⁷ No caso americano, Goran Hayden argumenta que é simplesmente impossível estabelecer uma correlação entre a agenda do governo americano e a produção acadêmica americana sobre a África. Segundo Hayden, se o interesse do governo americano era a geração de conhecimento sobre regiões que poderiam ser influenciadas pela antiga União Soviética, os principais beneficiários dos financiamentos acabaram sendo grupos liberais progressistas, que “modernizaram” os currículos das universidades através da inclusão de disciplinas sobre a África e outras regiões do então chamado terceiro mundo.²⁸ Muitas vezes os temas abordados privilegiavam grupos subalternos, e alguns dos intelectuais que escreveram tais histórias tiveram participação nas lutas de libertação africana.²⁹

METODOLOGIA

O primeiro programa americano de História da África, na Northwestern University, foi criado pelo renomado antropólogo Melville Herskovits, especialista em populações afrodescendentes nos Estados Unidos que mais tarde faria pesquisa de campo na África e na América Latina. Como já frisado, Herskovits foi também o primeiro presidente da ASA, em 1957, refletindo não só o papel hegemônico que a antropologia teve no desenvolvimento inicial dos Estudos Africanos como também o peso institucional de Herskovits (Brizuela-Garcia, 2004, p.70).

Contudo, seria a participação de outro antropólogo, o belga Jan Vansina, que daria contorno metodológico específico à historiografia africanista americana. Na University of Wisconsin, Vansina liderou, com Philippe Curtin, o mais influente programa de pós-graduação em História da África em solo americano, formando vários integrantes da primeira geração de africanistas americanos – muitos deles ainda em atividade. Essa empreitada baseou-se em modelo que apregoava que o estudo da África deveria ser feito num programa que englobasse outras regiões do terceiro mundo – daí o nome “Program in Comparative Tropical History” (Curtin, 2005, p.130). Segundo Vansina, “o

objetivo era treinar especialistas em História da África que também tivessem forte base em história comparativa” (Vansina, 1994, p.102). Entre 1963 e 1999, 87 historiadores obtiveram doutorado em História da África na University of Wisconsin.³⁰

Embutida no modelo de Wisconsin havia uma crítica direta ao caráter regional – paroquial – dos programas de doutorado em universidades americanas no período pré-*area studies*. A singularidade de Wisconsin era evidente mesmo em relação às universidades onde os Estudos Africanos também estavam em crescimento, como a Northwestern University. Enquanto Curtin criou um programa de estudos comparados e interdisciplinar de regiões tropicais em Wisconsin, Herskovits propôs o estudo da África em relação à História Afro-Americana.³¹ Ao contrário da Northwestern, que tinha um dos centros de Estudos Africanos “mais antigos [dos Estados Unidos], mas infelizmente com pouca ênfase em estudos históricos”, desde o início a história ocupou espaço central em Wisconsin.³²

No cerne da “escola de Madison” estava a noção de que os Estudos Africanos se caracterizaram por técnicas e metodologias fundamentalmente interdisciplinares. Apesar das importantes contribuições da linguística e da arqueologia, a influência principal veio inegavelmente da antropologia – já então uma disciplina com longa, embora discutível, relação com a África.³³ Segundo Miller, “a primeira geração de historiadores africanistas profissionais se baseou em disciplinas não históricas estabelecidas na África, principalmente a antropologia”.³⁴ O diálogo com a antropologia criou um contraste com a Europa, onde o “passado colonialista” da antropologia não seria ignorado e inviabilizaria um diálogo com a História da África. Nos Estados Unidos, nação cujo passado colonialista direto era relativamente limitado, as condições seriam mais propícias para um diálogo entre as duas disciplinas.

No plano acadêmico, os primeiros trabalhos tinham como objetivo refutar estereótipos correntes sobre a África, tais como a ideia de um perene atraso institucional e isolamento das sociedades africanas. Na visão de Guyer (1996), a agenda era definida como “pesquisa básica”, voltada para as nações recentemente independentes. Paralelamente, buscava-se enfatizar o refinamento político e a complexidade comercial das sociedades africanas. Numa altura em que vários países africanos se tornavam independentes, o objetivo era escrever história do ponto de vista dos africanos.³⁵ Na visão de Frederick Cooper, “a primeira geração de africanistas, na tentativa de se diferenciarem dos histo-

riadores que trabalhavam numa linha de história imperial, ansiosamente tentava achar a verdadeira história da África”.³⁶

Fazia-se assim um desafio direto às noções correntes sobre o que constituía a disciplina da história, principalmente a distinção entre pré-história (atribuída às sociedades orais) e história (atribuída às nações).³⁷ Em termos metodológicos, a prática de pesquisa de campo (*fieldwork*) teria papel central, demarcando a historiografia africanista americana em relação às técnicas historiográficas convencionais.³⁸ A pesquisa de campo prolongada, assim como o aprendizado de línguas africanas, era parte integral da coleta de tradições orais. Até o final da década de 1950, segundo Vansina, o consenso era de que os historiadores deveriam se valer dos antropólogos para a coleta de fontes orais, o que ajuda a explicar a interação com a antropologia que marcou a geração inicial de africanistas americanos.³⁹ Em breve, a tríade *pesquisa de campo, domínio de línguas africanas e coleta de tradições orais* se tornaria marca registrada da historiografia africanista produzida na University of Wisconsin e influenciaria vários outros programas de Estudos Africanos nos Estados Unidos.⁴⁰

Ao contrário dos antropólogos, contudo, os quais buscavam a sincronia e o presente etnográfico ao usarem fontes orais, os historiadores tinham como preocupação a diacronia e a tentativa de rastrear mudanças sociais através do uso de fontes orais.⁴¹ Como lembrado por Vansina (1996, p.129), “o presente etnográfico é um anátema para os historiadores”. Do ponto de vista metodológico, na visão de Miller, tanto o uso de fontes orais como o resto do aparato metodológico e teórico africanista eram parte de um esforço para satisfazer os “padrões de objetividade da história como parte das ciências sociais” (Miller, 2007, p.9). Como lembrado por Newbury, “o principal objetivo era a aceitação [da História da África] no campo mais universal da história”.⁴²

Além da influência da antropologia, o contexto político das independências africanas explica em parte a relevância que o uso de fontes orais iria assumir na primeira geração de africanistas americanos. O pressuposto era que as fontes escritas deixadas pelas administrações coloniais refletiriam o ponto de vista do colonizador e serviriam para “perpetuar” uma visão dos africanos como atores passivos. Segundo Daniel McCall, “os documentos escritos carregam em si não só preconceitos mas também lacunas devidas à falta de interesse – por parte daqueles que escreveram e preservaram tais documentos – em relação a certos tópicos, pessoas e eventos”.⁴³ Nesse contexto, as tradições orais ofereciam um contraponto às fontes escritas em línguas europeias, permitindo a recuperação de um passado africano que não havia sido registrado por fontes

escritas, em língua europeia ou africana. Nas palavras de Barbara Cooper, “o persistente compromisso dos africanistas com as fontes orais, sejam tradições ou narrativas pessoais, deriva de um saudável ceticismo em relação ao *status* das fontes escritas, em geral produzidas por observadores externos, como única fonte de evidência sobre o passado africano”.⁴⁴

Mas apesar do impacto inicial, o uso de fontes orais não tardou a receber críticas. As mais fervorosas vieram de alguns dos próprios alunos de Vansina. Antropólogos como Wyatt MacGaffey refutaram o uso de fontes orais com o argumento que estas seriam nada mais do que mitos produzidos por diferentes sociedades africanas para sistematizar visões de como essas sociedades deveriam se organizar.⁴⁵ No final da década de 1980, segundo Phyllis Martin, o uso de fontes orais era mais celebrado do que efetivamente praticado por historiadores, tendo se tornado uma técnica mais associada aos discípulos de Jan Vansina.⁴⁶ A mesma crítica seria mais tarde repetida por Barbara Cooper. Segundo Cooper, “Jan Vansina e seus orientados desenvolveram uma admirável e rigorosa metodologia para o uso de evidências orais, mas, embora seu trabalho tenha servido de propaganda eficaz da metodologia, às vezes parecia que a história oral era mais um fetiche que um método”.⁴⁷

REDESCOBRINDO A DIÁSPORA

Em análise recente, a cientista política Pearl Robinson destacou a existência de duas tradições de Estudos Africanos nos Estados Unidos. A primeira seria uma tradição que se confunde com o pan-africanismo e precede a institucionalização dos Estudos Africanos na década de 1960 (Robinson, 2004, p.1; Szanton, 2004, p.10). Na definição de Martin e West, essa seria a “tradição transcontinental”, reunindo intelectuais afro-americanos e caribenhos como W. E. B. Du Bois, Carter G. Woodson, Alexander Crummell e Martin Delany.⁴⁸ Na essência, combinava ativismo social e político com uma rica produção intelectual, tendo como foco o estudo não só da África mas também dos povos africanos na diáspora africana. Nas palavras de Martin, esses intelectuais “tinham há muito tempo concebido e estudado a África no contexto dos afrodescendentes e de sua cultura através do Atlântico”.⁴⁹ No início do século XX, já contavam com uma rede institucional que incluía revistas especializadas e organizações acadêmicas. Contudo, apesar da formação em universidades de elite (tanto Du Bois quanto Carter G. Woodson fizeram doutorado em Har-

vard), a maioria não conseguiu postos docentes em universidades de elite em virtude do segregacionismo americano.⁵⁰

A segunda tradição de Estudos Africanos floresceu nas universidades de elite e se beneficiou diretamente dos financiamentos privados e governamentais disponíveis a partir da década de 1950. Como já exposto, tal perspectiva se tornou hegemônica. Além do acesso a financiamento, diferenciava-se conceitualmente da tradição transcontinental ao estabelecer fronteiras restritas para os Estudos Africanos, os quais eram definidos pelo foco principal na África Subsaariana e pela exclusão da diáspora africana. Nas palavras de Carter, os “Estudos Africanos tratam dos africanos na África: sua história, cultura, ambiente, filosofias, aspirações, dificuldades e conquistas no tempo e espaço”.⁵¹

Segundo Miller, essa divergência entre a escola transcontinental e os chamados Estudos Africanos Restritos teria em parte acontecido por conta da evolução política africana no período pós-independência, quando a fragmentação política teria demonstrado a inviabilidade da noção de transregionalidade como conceito analítico.⁵² O enfoque quase exclusivo na África e a exclusão da diáspora africana teve reflexo nas políticas de financiamento das agências de fomento americanas. Por exemplo, na década de 1960, período central na formação dos Estudos Africanos, o comitê conjunto de Estudos Africanos do Social Science Research Council (SSRC), responsável pela alocação de recursos para pesquisas de pós-graduação e pós-doutorado em universidades americanas, não tinha nenhum lugar reservado para especialistas na diáspora africana (Robinson, 2004, p.18).

Além de limitar o enfoque dos Estudos Africanos, a perspectiva dos Estudos Africanos Restritos fez dos africanistas atores ausentes nos debates e discussões sobre questões globais e transcontinentalidade.⁵³ As diferenças entre as duas escolas, diga-se, não eram restritas ao plano conceitual e ao enfoque dos Estudos Africanos. Na realidade, as disputas não demorariam a emergir, girando primeiro em torno de acesso a financiamento e mais tarde ganhando contornos raciais.⁵⁴ As divergências desembocariam numa cisão durante o encontro anual da ASA, em 1967. Na sequência da crise, insatisfeitos com o pouco espaço na ASA, intelectuais afro-americanos criariam uma associação distinta.⁵⁵

Se não teve reconhecimento na década de 1960, contudo, a ideia de que a diáspora africana deveria ser parte integral dos estudos africanistas se tornaria peça central do discurso acadêmico africanista nos últimos dez anos.⁵⁶ Segundo Hayden, “os Estudos Africanos não devem ficar confinados à entidade geográfica conhecida como África” (Hayden, 1986, p.14). Mais recentemente,

Akyeampong declarou que “estudos da diáspora chegaram para ficar”, e que “Estudos Africanos estão sendo revitalizados pela interação com histórias locais, regionais e oceânicas”.⁵⁷ Significativamente, pesquisa recente demonstrou que a maioria dos africanistas – 41% – considera que o estudo da África deve incluir também as populações da diáspora africana (Bowman; Cohen, 2002).

Na base de tal mudança se encontram vários fatores. Primeiro, transformações na estrutura de financiamento americana, ocasionadas pelo fim da Guerra Fria, que levou à crise dos chamados *area studies* – incluindo, obviamente, Estudos Africanos. Já que o inimigo principal americano – a antiga União Soviética – não mais representava perigo imediato ao imperialismo americano, a necessidade de produção de conhecimento para a área de segurança nacional americana passou por uma reestruturação. Nesta, a África, que havia sido um dos teatros principais da Guerra Fria, perdeu importância geopolítica. Além do fator geopolítico, a crise dos *area studies* se fundamentava na noção de que estes acarretavam uma especialização acadêmica excessiva e não refletiam as preocupações de um mundo globalizado, no qual a ideia de Estado-nação era superada por laços transcontinentais.⁵⁸ À crise de legitimidade, obviamente, seguiu-se uma significativa diminuição de recursos para os *area studies* (Martin; West, 1999, p.106-111).

Para além da crise dos *area studies*, outro fator contribuiu para a saudável, embora tardia, inclusão da diáspora africana nos Estudos Africanos: as pesquisas sobre a história do tráfico Atlântico de escravos e da escravidão no mundo Atlântico. No que tange ao tráfico de escravos, desde o início tais estudos eram centrados no comparativismo e no transnacionalismo. Tendo como marco central o trabalho do africanista Philip Curtin, tais pesquisas foram inicialmente marcadas pela quantificação, numa tentativa de precisar o número de africanos trazidos para as Américas. Mas o principal vetor de mudança talvez tenham sido os estudos de escravidão Atlântica, que primeiro se debruçaram sobre questões tipicamente “herskovitsianas”, tais como a permanência de culturas africanas nas Américas e o peso de tais culturas na formação de comunidades escravas nas Américas.⁵⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução dos Estudos Africanos nos Estados Unidos foi condicionada pelas circunstâncias políticas e geopolíticas americanas e internacionais na

década de 1960, sobretudo a Guerra Fria, a luta pelos direitos civis e a descolonização da África. A configuração interna desse campo seria moldada com base nos chamados *area studies*, com forte teor interdisciplinar e vocação para prolongada pesquisa de campo. O modelo de *area studies* tornou os Estudos Africanos uma “história de sucesso” nos Estados Unidos, contribuindo para a globalização dos currículos das universidades americanas e para a internacionalização dos departamentos de História. Com base nos recursos generosos de agências privadas e do governo americano, os Estudos Africanos se tornaram parte vital do cenário acadêmico americano. No caso dos departamentos de História, por exemplo, não há nenhum departamento importante que não tenha ao menos dois docentes com especialização em África.

Tensões, contudo, foram marcantes desde o início, com controvérsias em torno da origem dos recursos de pesquisa e da exclusão inicial da diáspora africana. Até muito recentemente, a polêmica em torno dos recursos de pesquisa oferecidos pelo governo americano dominou os bastidores dos encontros acadêmicos dos africanistas americanos. Mas talvez o problema principal do modelo de *areas studies* não tenha sido a excessiva dependência em relação aos fundos governamentais, mas sim o intuito de demarcar os Estudos Africanos como uma área específica, que dizia respeito apenas à África e excluía a diáspora Africana. Só recentemente essa tendência foi revertida. Nos Estados Unidos, o panorama atual dos Estudos Africanos combina elementos da chamada escola transcontinental e noções tipicamente derivadas das ideias do antropólogo Melville Herskovits.

NOTAS

¹ FEIRMAN, Steven. African history and the dissolution of world histories. In: BATES, Robert; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, Jean. *Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the social sciences and humanities*. Chicago: University of Chicago Press, 1987, p.168.

² DRESSEL, Carol. The development of African Studies in the United States. *African Studies Bulletin*, v.9, n.3, 1966, p.69.

³ BRIZUELA-GARCIA, Esperanza. Decolonising African history: crisis and transitions in African historiography (1940-1990). Tese (Doutorado) – School of Oriental and African Studies. Londres, 2004, p.124.

⁴ MCCANN, James. Title VI and African Studies: prospects in a polycentric academic landscape. *African Issues*, v.30, n.2, 2002, p.33.

- ⁵ BUNDY, Colin Bundy. Continuing a conversation: prospects for African Studies in the 21st century. *African Affairs*, v.101, 2002, p.65.
- ⁶ MCCRAKEN, John. African history in British universities: past, present and future. *African Affairs*, v.92, n.367, 1993, p.243.
- ⁷ DRESSEL, 1966, p.67; CURTIN, Philip. African Studies: a personal account. *African Studies Review*, v.14, n.3, 1971, p.358; CURTIN, Philip. *On the fringes of History: a memoir*. Athens: Ohio University Press, 2005, p.128.
- ⁸ GERSHENHOM, Jerry. *Melville J. Herskovits and the racial politics of knowledge*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2004, p.187; BRIZUELA-GARCIA, 2004, p.37.
- ⁹ MARTIN, William G.; WEST, William. The ascent, triumph, and disintegration of the africanist enterprise. In: MARTIN, William G.; WEST, William. (Ed.). *Out of one, many Africas: reconstructing the study and meaning of Africa*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1999, p.90.
- ¹⁰ VANSINA, Jan. *Living with Africa*. Madison: University of Wisconsin Press, 1994, p.92.
- ¹¹ ZELEZA, Paul. *Manufacturing African Studies and crises*. Dakar: Codesria, 1997, p.497.
- ¹² SZANTON, David L. The origin, nature, and challenges of area studies in the United States. In: SZANTON, David L. (Ed.). *The politics of knowledge: area studies and the disciplines*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- ¹³ WALLERSTEIN, Immanuel. The unintended consequences of Cold War Area studies. In: CHOMSKY, Noam (Ed.). *The Cold War and the university: toward an intellectual history of the postwar years*. New York: New Press, 1997, p.219.
- ¹⁴ ROBINSON, Pearl. Area studies in search of Africa. In: SZANTON, David L. (Ed.). *The politics of knowledge: Area studies and the disciplines*. Berkeley: University of California Press, 2004, p.14.
- ¹⁵ SZANTON, 2004, p.9. Para estimativas de investimentos menores por parte da Ford, ver GERSHENHOM, 2004, p.193-195.
- ¹⁶ TYRRELL, Ian. Reflection on the transnational turn in United States history: theory and practice. *Journal of Global History*, v.4, 2009, p.453-474.
- ¹⁷ ZELEZA, Paul. Introduction: the internationalization of African knowledges. In: ZELEZA, Paul (Ed.). *The study of Africa: global and transnational engagements*. Dakar: Codesria, 2007.
- ¹⁸ HOLZNER, Burkart. Global change and the organizational and intellectual challenges for international studies in the United States. *Items & Issues*, v.3, n.3-4, summer/fall, 2002, p.3.
- ¹⁹ STANILAND, Martin. Who needs African Studies? *African Studies Review*, v.26, n.3/4, s.d., p.4.
- ²⁰ HILL, Adelaide Cromwell. African Studies Programs in the United States. *Presence Africaine*, 1958, p.81.
- ²¹ Na moção, a ASA solicitava que o programa fosse transferido para o departamento de Educação. Ver GUYER, Jane. *African Studies in the United States: a perspective*. Atlanta: ASA Press, 1996.

- ²² BOWMAN, Larry; COHEN, Diana. Identifying new directions for African Studies: methodology report and survey results. *African Issues*, v.2, n.30, 2002, p.84.
- ²³ FAGE, John. British African Studies since the Second World War: a personal account. *African Affairs*, v.66, n.352, 1989, p.401.
- ²⁴ CROWDER, Michael. Us and them: the International African Institute and the current crisis of identity in African Studies. *Africa*, v.57, n.1, 1987, p.112. Ver também MOORE, Sally Falk. Changing perspectives on a changing Africa: the work of Anthropology. In: BATES; MUDIMBE; O'BARR, 1987, p.9.
- ²⁵ BRIZUELA-GARCIA, 2004, p.28. Na década de 1980, porém, no rastro da diminuição do interesse inglês pelas ex-colônias africanas, houve uma queda no apoio aos Estudos Africanos na Inglaterra e poucos africanistas foram sequer consultados pelo governo quando da formulação de políticas para a África. Ver HODDER-WILLIAMS, Richard. African Studies: back to the future. *African Affairs*, v.85, n.341, 1986, p.598.
- ²⁶ OLIVIER, Roland. *In the Realms of God: pioneering in African history*. London: Frank Cass, 1997, p.57.
- ²⁷ BRIZUELA-GARCIA, Esperanza. African historiography and the crisis of the institutions. In: ZELEZA, Paul (Ed.). *The study of Africa: disciplinary and interdisciplinary encounters*. Dakar: Codesria, 2006, p.138.
- ²⁸ HAYDEN, Goran. African Studies in the mid-1990s: between afro-pessimism and amero-skepticism. *African Studies Review*, v.39, n.2, 1996, p.13. Ver também ROBINSON, Pearl. Local/global linkages and the future of African Studies. *Africa Today*, v.44, n.2, 1997, p.169-178.
- ²⁹ LEE, Christopher. Subaltern studies and African Studies. *History Compass*, v.3, 2005, p.1-13.
- ³⁰ SPEAR, Thomas. Fifty years of African history at Wisconsin. *History Department Newsletter*, University of Wisconsin, 2009.
- ³¹ BRIZUELA-GARCIA, 2004, p.75; BRIZUELA-GARCIA, 2006, p.140. Para a centralidade que a África acabou ocupando também na Northwestern University, ver GERSHENHOM, 2004, p.188.
- ³² WILKS, Ivor. Resenha. *Ethnohistory*, v.43, n.1, 1996, p.174; LAWLER, Nancy. Ivor Wilks: a biographical note. In: HUNWICK, John; LAWLER, Nancy (Ed.). *The cloth of many colored silks: papers on History and society Ghanaian and Islamic in honor of Ivor Wilks*. Chicago: Northwestern University Press, 1996, p.5-15.
- ³³ SOUTHALL, Aidan. The contribution of Anthropology to African Studies. *African Studies Review*, v.26, n.3/4, 1983, p.63-76; MOORE, 1987, p.6.
- ³⁴ MILLER, Joseph. History and the study of Africa. In: MIDDLETON, John (Ed.). *Encyclopedia of Africa South of the Sahara*. New York: Macmillan, 1997, p.306.
- ³⁵ NEWBURY, David. Historiography. In: MIDDLETON, 1997, p.302.
- ³⁶ COOPER, Frederick. Conflict and connection: rethinking colonial African history. *American Historical Review*, v.99, n.5, 1994, p.1520. Na visão bem menos benevolente do antropólogo Wyatt MacGaffey, tratava-se de um voluntarismo parecido com uma competição de “decatlo” nas ciências sociais. Ver MACGAFFEY, Wyatt. African history, Anthropology and the rationality of the natives. *History in Africa*, v.V, 1978, p.103. Para uma visão

também crítica, ver ELLIS, Stephen. Writing histories of contemporary Africa. *Journal of African History*, v.43, 2002, p.6.

³⁷ HARMS, Robert. The wars of August: diagonal narrative in African history. *American Historical Review*, v.88, n.4, 1983, p.809.

³⁸ NEWBURY, David. Research perspectives on African history: An introduction. *African Studies Review*, v.30, n.2, 1987, p.2.

³⁹ VANSINA, Jan. Epilogue: fieldwork in History. In: ADENAIKE, Carolyn; VANSINA, Jan (Ed.). *In pursuit of History: fieldwork in History*. Portsmouth: Heinemann, 1996, p.128.

⁴⁰ VANSINA, Jan. *Oral tradition: a study in historical methodology*. Chicago: Aldine Transaction, 1965.

⁴¹ HARMS, Robert. Oral tradition and ethnicity. *Journal of Interdisciplinary History*, v.10, n.1, p.66-68; MILLER, Joseph. Life begins at fifty: African Studies enters its age of awareness. *African Studies Review*, v.50, n.2, 2007, p.5.

⁴² NEWBURY, David. Contradictions at the heart of the canon: Jan Vansina and the debate over oral historiography in Africa, 1690-1985. *History in Africa*, v.34, 2007, p.213-254.

⁴³ MCCALL, Daniel. Anthropology and History. *Journal of Interdisciplinary History*, v.I, n.1, 1970, p.139.

⁴⁴ COOPER, Barbara. Oral sources and the challenge of African history. In: PHILIPS, John (Ed.). *Writing African history*. Rochester: University of Rochester Press, 2005, p.193. Para o lado britânico, BRIZUELA-GARCIA, Esperanza. The History of Africanization and the Africanization of History. *History in Africa*, v.33, 2006, p.89.

⁴⁵ MACGAFFEY, 1978. Para uma atualização da crítica, agora extensiva aos “mitos” que historiadores e antropólogos elaboraram sobre a África, ver MACGAFFEY, Wyatt. Changing representations in Central Africa. *Journal of African History*, v.46, 2005, p.189-207.

⁴⁶ MARTIN, Phyllis. Sources and source-criticism. *Journal of African History*, v.29, n.3, 1988, p.537-540.

⁴⁷ COOPER, Frederick. Africa's pasts and Africa's historians. *African Sociological Review*, v.3, n.2, 1999, p.11.

⁴⁸ EDWARDS, Brent Hayes. The uses of diaspora. *Social Text* 66, v.19, n.1, 2001, p.45; GOMEZ, Michael. Of Du Bois and diaspora: the challenge of African American studies. *Journal of Black Studies*, v.35, n.2, 2004, p.189.

⁴⁹ MARTIN, William. After area studies: a return to transnational Africa? *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, v.16, n.2, 1996, p.53-61; BUTLER, Kim. Clio and Griot: the African Diaspora in the discipline of History. In: OLANIYAN, Tejumola; SWEET, James (Ed.). *The African Diaspora and the disciplines*. Bloomington: Indiana University Press, 2010, p.21-53.

⁵⁰ Na década de 1940, apenas três intelectuais afro-americanos tinham emprego como docentes em universidades “brancas” americanas. Ver HOLLOWAY, Jonathan. The black scholar, the humanities, and the politics of racial knowledge since 1945. In: HOLLINGER, David (Ed.). *The humanities and the dynamics of inclusion since World War II*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006, p.220. Apesar de alguns desses intelectuais terem

feito carreiras brilhantes nas universidades negras americanas, muitos tiveram acesso limitado a recursos para pesquisa. Ver MARTIN, William G.; WEST, William. The rival Africas and paradigms of Africanists and Africans at home and abroad. In: MARTIN; WEST. *Out of one, many Africas: reconstructing the study and meaning of Africa*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1999, p.19-27; BRIZUELA-GARCIA, 2004, p.25; Ver também HILL, 1958, p.66-67.

⁵¹ CARTER, Gwendolen. African Studies in the United States, 1955-1975. *ISSUE: A Journal of Opinion*, v.6, n.2/3, 1976, p.2-4.

⁵² MILLER, Joseph. History and Africa/Africa and History. *American Historical Review*, v.104, n.1, 1999, p.24.

⁵³ STONE, Priscila. The remaking of African Studies. *Africa Today*, v.44, n.2, 1997, p.179-184.

⁵⁴ Herskovits, por exemplo, assumiu com regozijo responsabilidade na recusa de financiamento para um dos principais projetos de Du Bois – a Enciclopédia africana. Ver MARTIN; WEST, 1999, p.85-123.

⁵⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. The evolving role of the Africa scholar in African Studies. *Canadian Journal of African Studies*, v.XVII, n.1, Apr. 1983, p.161. O quadro de disputas entre as duas escolas é detalhado por GERSHENHOM, 2004, p.180-181.

⁵⁶ MANNING, Patrick. Africa and the African diaspora: new directions of study. *Journal of African History*, v.44, 2003, p.493.

⁵⁷ AKYEAMPONG, Emmanuel. Africans in the Diaspora: the Diaspora and Africa. *African Affairs*, n.99, 2000, p.183-215; ALPERS, Edward; ROBERTS, Allen. What is African Studies? some reflections. *African Issues*, v.30, n.2, 2002, p.13.

⁵⁸ MIDDELL, Matthias; NAUMANN, Katja. Global history and the spatial turn: from the impact of the area studies to the study of critical junctures of globalization. *Journal of Global History*, v.5, 2005, p.149-170.

⁵⁹ LOVEJOY, Paul. The Black Atlantic in the construction of the 'Western' World: alternative approaches to the 'Europeanization' of the Americas. In: HOERDER, Dirk; HARZIG, Christiane; SHUBERT, Adrian (Org.). *The historical practice of diversity: transcultural interactions from the Early Modern Mediterranean to the Postcolonial World*. New York: Berghahn Books, 2003, p.109-133.

Artigo recebido em maio de 2010. Aprovado em julho de 2010.